

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL
Instituto de Previdência de Feira de Santana - IPFS**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL**

- 1 - Apresentação da Carteira de Investimentos do IPFS;
- 2 - O que ocorrer

Data	23/04/2026
Local	Sala de Reunião do IPFS (Avenida Santo Antônio, nº 247 - Capuchinhos - Feira de Santana/BA).
Horário	10h às 12h
Forma de Convocação	Virtual (Whatsapp) com confirmação de presença e edital de convocação publicado no Portal da Prefeitura de Feira - DATA 17/04/2026.

Participantes:

1. Midiã Leite dos Santos
2. Alexsandra Andrade Santana
3. Marcela dos Santos Silva
4. Patrícia Nascimento de Jesus Brandão
5. Edivonete Santos de Carvalho
6. Fernando Cezar de Azevedo Lacerda
7. Waldeck Fause Pereira Teixeira
8. Expedito Campodônio Eloy
9. Emerson Dias Rios
10. Anilton Santana Melo
11. Vitor Carneiro Dourado

Iniciada a reunião, a Diretora-Presidente do IPFS, Sra. Midiã Leite dos Santos, agradeceu a participação dos conselheiros, e deixou registrado o seu contentamento com a contratação da Empresa Lema Consultoria, visto que, vem buscando essa contratação há mais de dois anos, e que a Lema Consultoria, além de ser uma empresa especializada em investimentos é também vinculada ao CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Essa parceria é de fundamental importância para o alcance de metas e resultados positivos para o Instituto de Previdência, já que ela e prestará suporte diariamente com os investimentos, oferecendo ainda, acesso a uma plataforma onde constará em tempo real todos os investimentos e rendimentos do Instituto de Previdência. Na oportunidade, a mesma passou a palavra ao Presidente do Comitê de Investimento,

Senhor Felipe Couto, para apresentação das informações relativas a **Carteira de Investimentos do IPFS**. O Presidente, Sr. Felipe Couto, iniciou agradecendo a presença de todos e destacando que a apresentação é para mostrar todo trabalho que o comitê de investimentos vem realizando ao longo do mês de abril, falou sobre a empresa Lema Consultoria, que além de oferecer acesso a uma plataforma onde constará todos os investimentos e rendimentos do Instituto de Previdência, fornecerá gráficos, relatórios e uma análise precisa de dados o que gera maior segurança para realizar os investimentos. Falou também sobre algumas mudanças que estão sendo realizadas, visto que, é necessário desenquadrar alguns investimentos que foram feitos em Bolsa Americana e Bolsa de Valores e enquadrar em Títulos Públicos que é onde pode ser aplicado no momento, ou fundos baseados em títulos públicos ou diretamente no mercado primário. Falou sobre a retirada das aplicações mais arriscadas de nível moderada e colocando nas conservadoras, nos títulos públicos, prefixado ou IPCA, sempre no Banco do Brasil e Caixa. Explanou sobre a retirada das aplicações da Fia Construção Civil que foi de R\$ 1.770.000,00 (um milhão setecentos e setenta mil reais), cuja rentabilidade foi de 45%, sendo que a última aplicação foi em 2023, logo, foi retirado 100% dessa aplicação, já que deu uma boa rentabilidade. Foi retirado também toda aplicação na Fia Dividendos que estava com uma rentabilidade de 52%, sendo a última aplicação em 2024 e tendo sido retirado o valor de R\$ 543.472,00 (Quinhentos e quarenta e três mil quatrocentos e setenta e dois reais). A aplicação na Bolsa Americana no Banco do Brasil de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), com rentabilidade de 77%, foi retirado R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), já que o prazo para retirada dessas aplicações é de dois anos, o melhor é ir retirando aos poucos. Essas alterações na política de investimentos são complementares e traz mais solidez e critérios.

Em seguida o Senhor Felipe Couto passou a palavra para a representante da empresa Lema Consultoria, representada pela Senhora Ariadne Maciel que realizou a apresentação da **Nova Política de Investimentos 2026** aos conselheiros e demais participantes. Essa alteração se faz necessária, visando ajustar a meta atuarial a legislação vigente. A mesma iniciou a apresentação explicando que a Política de Investimentos é o documento que estabelece as diretrizes e norteia o processo de tomada de decisão no âmbito do RPPS, tendo como objetivo central a maximização da rentabilidade dos ativos, sempre em conformidade com a legislação vigente. Informou que a Política de Investimentos foi elaborada em conformidade com a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025, de 18 de dezembro de 2025, com vigência a partir de 02 de fevereiro de 2026, bem como com a Portaria MTP nº 1.467/2022, que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

Destacou que o IPFS adota o modelo de Carteira Própria, no qual as decisões de investimentos são tomadas pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Investimentos e submetidas à apreciação do Conselho, sem interferência externa, respeitando-se os parâmetros da legislação vigente. Informou também que as aplicações dos recursos devem observar a compatibilidade dos ativos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do RPPS.

Quanto ao perfil de risco, esclareceu que a última análise de Perfil do Investidor (suitability) classificou o RPPS de Feira de Santana como conservador. Informou ainda que, de acordo com a atualização da Estrutura a Termo das Taxas de Juros, realizada pela Portaria MPS nº 2.010/2025, e com a duração do passivo apurada na Avaliação Atuarial de 2025 (data-base 2024), no valor de 13,70 anos, encontrou-se a taxa de 5,44% ao ano.

Com base no desempenho dos investimentos dos últimos anos, a meta atuarial a ser perseguida pelo RPPS de Ipu em 2026 será de IPCA + 5,74%. Considerando a projeção de inflação de 4,80% para o ano de 2026, a meta atuarial projetada corresponde a 10,81%

Explicou ainda que, conforme o §1º do art. 27 da Resolução CMN nº 5.272/2025, os RPPS terão até dois anos, contados a partir da entrada em vigor da norma, ou seja, até 31 de janeiro de 2028, para adequar suas carteiras aos novos limites, sendo permitido manter os investimentos que, à época da aplicação, possuíam prazos de vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas, até o final de seus respectivos prazos.

Informou que o IPFS, no momento da aprovação desta Política, não possui Certificação Pró-Gestão válida, razão pela qual ficam restritas as novas aplicações aos artigos previstos na Resolução. Assim, a nova Estratégia de Alocação do RPPS de Feira de Santana para 2026 ficou definida com 100% (cem por cento) das aplicações no segmento de Renda Fixa, sendo 90% enquadrados no art. 7º, inciso I, e 10% no art. 7º, inciso II, da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Sem nenhum questionamento referente apresentação, os membros conselheiros do Conselho Deliberativo e Fiscal aprovou por unanimidade a **Nova Política de Investimentos do IPFS**. Após aprovação o Subsecretário da Fazenda, Sr. Anilton Santana Melo, agradeceu a Sra. Ariadne Maciel pela apresentação que foi bastante didática e esclarecedora. Sem mais, a reunião foi encerrada.

Medeiros Leite dos Santos
Manella dos S. Silva
Detacado Nascimento de Jesus Brandão
H. Mendes
Dr. Rui de Paula
A. N. [assinatura]

Anilton Santana Melo
Alexandra Santana
Carolina Dias Reis
SCARVALLO
Carlygnat. Santos de Carvalho
Walden Faure P. Teixeira

REUNIÃO DOS CONSELHO FISCAL IPFS**4ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2026****DATA: 23 DE ABRIL DE 2026**

1. Vitor Camilo Mendes
2. Alexsandra A. Santana
3. Beverton Pires Dias
4. Milton Santana Melo
5. Marcela dos Santos Silva
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____

REUNIÃO DOS CONSELHO DELIBERATIVO IPFS

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2026

DATA: 23 DE ABRIL DE 2026

1. Waldiceu Fourn P. Timiro
2. Patricia Nascimento de Jesus Brondão
3. Edimoneite Santos de Carvalho
4. Lucia Afonso dos Santos
5. f. Amil
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____